A CRISE DE IDENTIDADE NA ADOLESCÊNCIA E SEUS REFLEXOS NA VIDA ESCOLAR

Anna Clara Trindade Silva, Bruno Michel Pera, Rayssa Kathlen Lima de Souza Alves

Instituto Educacional Ribeiro Goulart – Escola Máximu's, Rua Isaac Newton, 37, Jardim Oriental – 12236-240 – São José dos Campos-SP, Brasil, annaclarats2024@gmail.com, brunomichel00@gmail.com, ray.kathh0@gmail.com.

Resumo

Este artigo apresenta uma revisão teórica sobre a crise de identidade na adolescência e seus possíveis reflexos na vida escolar. A investigação foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e caráter narrativo, reunindo obras sobre desenvolvimento psicossocial, pertencimento, relações interpessoais e socialização juvenil. A literatura indica que a identidade é construída na interação entre história pessoal, vínculos afetivos, grupos de pares e expectativas sociais. No contexto escolar, conflitos identitários podem se manifestar como insegurança, isolamento, dificuldade de concentração, oscilação da motivação e necessidade de adequação para obter aceitação. Em contrapartida, vínculos positivos, reconhecimento, participação e espaços de expressão podem fortalecer o sentimento de pertencimento e favorecer o desenvolvimento integral. Conclui-se que a escola desempenha função relevante na formação adolescente e pode contribuir para experiências identitárias mais seguras por meio de práticas pedagógicas inclusivas, educação socioemocional, Projeto de Vida e encaminhamento responsável quando houver necessidade de apoio especializado.

Palavras-chave: Adolescência. Identidade. Vida escolar. Pertencimento. Educação socioemocional.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas – Psicologia.

Introdução

A adolescência é uma etapa do desenvolvimento marcada por mudanças corporais, cognitivas, emocionais e sociais. Ao deixar gradualmente referências próprias da infância, o adolescente passa a reelaborar a imagem que possui de si, a posição que ocupa nos grupos e as expectativas relacionadas ao futuro. Essas transformações não ocorrem de forma isolada: são influenciadas pela família, pela cultura, pelos meios de comunicação, pelos pares e pelas instituições frequentadas pelo jovem.

Na teoria psicossocial de Erikson (1972), a tensão entre identidade e confusão de papéis constitui um desafio central desse período. A construção identitária envolve integrar experiências, valores, características pessoais e papéis sociais em uma percepção relativamente coerente de si. Quando essa integração se mostra difícil, podem surgir dúvidas intensas, sentimento de inadequação e dependência excessiva do reconhecimento externo. A expressão crise, nesse sentido, não indica necessariamente uma doença, mas um processo de reorganização que pode produzir tanto crescimento quanto sofrimento.

A escola participa diretamente desse processo porque reúne aprendizagem, convivência, avaliação e projeção de futuro. É nesse espaço que muitos adolescentes testam formas de expressão, estabelecem amizades, comparam desempenhos e recebem avaliações sobre capacidades e comportamentos. O Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece a educação como direito voltado ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (Brasil, 1990), perspectiva que ultrapassa a transmissão de conteúdos.

Diante disso, este estudo tem como objetivo discutir, por meio de revisão teórica, como a construção e as crises de identidade na adolescência podem repercutir na motivação, no pertencimento, nas relações interpessoais e na participação escolar. Busca-se também refletir sobre possibilidades de atuação da escola que favoreçam acolhimento e autonomia sem substituir o acompanhamento psicológico ou outros serviços especializados quando eles forem necessários.

Metodologia

O trabalho caracteriza-se como revisão teórica de natureza bibliográfica, abordagem qualitativa e caráter narrativo. O corpus foi composto por livros, artigos científicos e legislação relacionados à adolescência, à construção da identidade, ao pertencimento e à escola como contexto de desenvolvimento. Foram priorizados textos de reconhecida contribuição conceitual e estudos que permitissem aproximar as dimensões psicológicas da identidade das experiências sociais e educacionais.

A análise foi organizada em quatro eixos: identidade e desenvolvimento psicossocial; influência dos vínculos e do pertencimento; possíveis manifestações dos conflitos identitários na vida escolar; e papel protetivo das práticas pedagógicas e institucionais. Após a leitura, os conceitos convergentes e as diferenças de enfoque foram reunidos em uma síntese interpretativa. Por se tratar exclusivamente de revisão de literatura, não foram aplicados questionários, entrevistas ou observações, nem houve coleta de dados com estudantes ou outros participantes.

Resultados

A literatura examinada apresenta a adolescência como uma construção histórica e cultural, além de uma fase do desenvolvimento. Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvares (2010) mostram que a compreensão da adolescência mudou ao longo dos séculos e depende das formas pelas quais cada sociedade organiza a transição para a vida adulta. Essa perspectiva evita considerar todos os jovens como um grupo uniforme: condições econômicas, gênero, cultura, vínculos e oportunidades produzem trajetórias distintas.

Mesmo com trajetórias diversas, a busca por continuidade e reconhecimento aparece como elemento comum. Para Erikson (1972), o adolescente experimenta papéis e compromissos antes de consolidar escolhas. A crise identitária pode envolver dúvidas sobre valores, aparência, pertencimento, profissão e projeto de vida. Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvares (2003) reforçam que a identidade é multidimensional e se constitui mediante relações, experiências e expectativas sociais, e não apenas por características internas do indivíduo.

Os grupos de pares ocupam posição relevante nesse processo. A necessidade humana de estabelecer vínculos estáveis e sentir-se aceita foi sistematizada por Baumeister e Leary (1995), que relacionam pertencimento a diferentes dimensões do bem-estar. Na adolescência, amizades e grupos oferecem referências para linguagem, gosto, comportamento e valores. Ao mesmo tempo, podem gerar comparação, medo de rejeição e pressão para ocultar características pessoais que não correspondam ao padrão dominante.

A tensão entre autenticidade e adaptação pode ser compreendida também a partir de Winnicott (1975). O autor diferencia manifestações espontâneas do self de formas defensivas de adequação ao ambiente. Na vida escolar, adaptar-se às regras é necessário para a convivência; o problema surge quando o jovem entende que precisa negar de modo persistente interesses, sentimentos ou aspectos de sua identidade para ser respeitado. Essa experiência pode aumentar insegurança e distanciamento afetivo.

Os efeitos escolares descritos pela literatura não seguem uma relação automática de causa e efeito. Conflitos identitários podem aparecer como oscilação de motivação, dificuldade de concentração, retraimento, irritabilidade, redução da participação ou preocupação excessiva com a avaliação dos outros. Contudo, essas manifestações também podem estar associadas a fatores familiares, sociais, econômicos, pedagógicos ou de saúde. Por isso, interpretações responsáveis devem evitar rótulos e considerar o contexto.

A escola é simultaneamente espaço de regulação e de possibilidades. Avaliações, normas e comparações podem ampliar sentimentos de inadequação quando valorizam apenas um padrão de desempenho ou comportamento. Por outro lado, experiências de aprendizagem que reconhecem diferentes habilidades permitem ao estudante descobrir interesses, construir competência e imaginar projetos futuros. Eccles e Roeser (2011) destacam que as características do ambiente escolar influenciam o desenvolvimento acadêmico, social e emocional durante a adolescência.

A análise teórica também evidencia que pertencimento não significa apenas estar matriculado ou possuir colegas. Envolve sentir-se reconhecido como participante legítimo da comunidade escolar. Quando há segurança para perguntar, errar e expressar opiniões, aumentam as possibilidades de envolvimento com as atividades. Em sentido contrário, humilhação, exclusão e preconceito podem levar o estudante a se afastar das relações e dos objetivos escolares como forma de proteção.

Discussão

A síntese das obras permite compreender que identidade e escolarização se influenciam mutuamente. A experiência escolar oferece referências para que o adolescente interprete capacidades, limites e possibilidades de futuro; ao mesmo tempo, a maneira como ele se percebe interfere na disposição para participar, estabelecer vínculos e enfrentar dificuldades acadêmicas. Assim, a crise de identidade não deve ser tratada como explicação única para problemas escolares, mas como uma dimensão relevante do desenvolvimento.

A pluralidade das juventudes exige cautela com propostas padronizadas. Dayrell (2007) argumenta que os estudantes chegam à escola como sujeitos socioculturais, portadores de experiências que não podem ser reduzidas à condição de aluno. Reconhecer essa diversidade significa incorporar oportunidades de autoria, participação e diálogo, sem transformar diferenças culturais, estéticas, religiosas ou de projeto de vida em sinais de desvio.

As relações cotidianas possuem importância particular. Professores não atuam como terapeutas, mas podem contribuir para um ambiente seguro ao estabelecer regras coerentes, evitar constrangimentos públicos, valorizar progressos e oferecer devolutivas centradas em ações que podem ser desenvolvidas. A escuta pedagógica também permite perceber mudanças persistentes de comportamento e encaminhá-las aos responsáveis e aos serviços competentes, respeitando limites profissionais e institucionais.

Práticas de Projeto de Vida podem favorecer reflexão sobre interesses, valores, habilidades e escolhas. Portfólios, produções artísticas, autobiografias orientadas, pesquisas sobre profissões e metas de curto prazo aproximam currículo e experiência pessoal. Para serem educativas, essas atividades precisam admitir diferentes respostas e proteger a privacidade: a participação não deve exigir exposição de experiências dolorosas ou informações íntimas diante da turma.

A educação socioemocional, quando articulada ao currículo, pode ampliar vocabulário emocional, estratégias de autorregulação, empatia e resolução de conflitos. Entretanto, seu uso não deve individualizar problemas produzidos por violência, discriminação ou condições precárias de ensino. Acolher o estudante implica também examinar práticas institucionais, combater o bullying e garantir que normas de convivência sejam aplicadas com justiça.

O pertencimento pode ser fortalecido por ações coletivas, como tutoria entre pares, clubes de interesse, grêmios, projetos interdisciplinares e espaços representativos de decisão. Tais iniciativas permitem que o adolescente seja reconhecido por contribuições que nem sempre aparecem nas avaliações tradicionais. A possibilidade de participar de decisões concretas também favorece autonomia, responsabilidade e percepção de que a escola é um espaço compartilhado.

Outro ponto importante é diferenciar sofrimento esperado das transições adolescentes de situações que requerem cuidado especializado. Isolamento intenso, queda prolongada no funcionamento, autolesão, violência ou sofrimento persistente não devem ser interpretados apenas como uma fase. Nesses casos, a escola precisa seguir protocolos de proteção, comunicar responsáveis conforme a situação e articular a rede de saúde e assistência, sem realizar diagnósticos improvisados.

A avaliação acadêmica também merece atenção por participar da imagem que o estudante constrói sobre suas capacidades. Notas e devolutivas podem orientar a aprendizagem, mas se tornam prejudiciais quando são apresentadas como definições permanentes da inteligência ou do valor pessoal. Feedbacks que descrevem estratégias, reconhecem avanços e indicam próximos passos ajudam a separar uma dificuldade circunstancial da identidade do jovem, preservando a possibilidade de desenvolvimento.

As experiências digitais ampliam a complexidade do pertencimento, pois relações iniciadas na escola continuam em redes sociais e aplicativos de mensagem. A exposição a padrões de aparência, sucesso e popularidade pode intensificar comparações, enquanto comunidades virtuais também oferecem identificação e apoio. A resposta educacional não deve se limitar à proibição: educação midiática, privacidade, respeito e responsabilidade nas interações precisam integrar as ações de convivência.

A articulação entre escola e família pode ampliar a rede de proteção, desde que preserve a voz do adolescente. Comunicações baseadas apenas em notas ou ocorrências tendem a reduzir a compreensão do caso. Conversas que considerem mudanças recentes, relações, interesses e condições de estudo favorecem decisões mais proporcionais. Sempre que possível, o jovem deve participar da construção de estratégias e metas, fortalecendo autonomia em vez de receber somente determinações.

Uma leitura crítica exige reconhecer que parte do sofrimento identitário não nasce apenas de dúvidas individuais, mas de contextos que desvalorizam diferenças. Racismo, sexismo, capacitismo, intolerância religiosa, LGBTfobia e desigualdades socioeconômicas podem limitar a participação e produzir mensagens de não pertencimento. Nesses casos, trabalhar autoestima sem enfrentar práticas discriminatórias seria insuficiente; são necessárias políticas institucionais de prevenção, registro e intervenção.

Com base na síntese teórica, propõe-se uma atuação escolar em três níveis complementares. O nível universal abrange convivência respeitosa, currículo inclusivo e oportunidades de participação para todos. O nível de apoio focalizado reúne tutoria e acompanhamento pedagógico temporário diante de dificuldades identificadas. O terceiro nível corresponde ao encaminhamento para a rede especializada quando há sofrimento persistente ou risco. Essa organização evita tanto a omissão quanto a medicalização de experiências comuns.

Como revisão narrativa, este estudo organiza contribuições teóricas, mas não mede a frequência dos fenômenos nem permite generalizar efeitos para todos os estudantes. A seleção de obras também reflete um recorte conceitual. Pesquisas futuras podem comparar contextos escolares, faixas etárias e práticas de acolhimento, bem como investigar de que modo pertencimento, motivação e projeto de vida se relacionam em diferentes realidades educacionais.

Conclusão

A revisão teórica permite concluir que a crise de identidade na adolescência constitui um processo de reorganização de referências pessoais e sociais que pode repercutir na vida escolar. Insegurança, medo de rejeição e dificuldade de integrar expectativas podem se associar a retraimento, oscilação da motivação e menor participação. Essas manifestações, entretanto, não são universais nem podem ser atribuídas a uma causa isolada.

A escola pode atuar como fator de proteção quando oferece vínculos respeitosos, oportunidades de expressão, participação e reconhecimento da diversidade. Projeto de Vida, educação socioemocional e ações de pertencimento podem aproximar desenvolvimento pessoal e aprendizagem, desde que preservem a privacidade e não substituam o atendimento especializado. Recomenda-se, portanto, articular práticas pedagógicas inclusivas, formação da equipe e fluxos responsáveis de encaminhamento.

Por ser exclusivamente bibliográfico, o estudo não apresenta resultados de pesquisa de campo. Sua contribuição consiste em organizar conceitos que ajudam a interpretar a relação entre identidade e escola sem patologizar a adolescência. A continuidade do tema em estudos empíricos poderá ampliar a compreensão das experiências juvenis e avaliar intervenções educacionais em contextos específicos.

Referências

BAUMEISTER, R. F.; LEARY, M. R. The need to belong: desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. Psychological Bulletin, Washington, v. 117, n. 3, p. 497-529, 1995. DOI: 10.1037/0033-2909.117.3.497.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 jun. 2026.

DAYRELL, J. A escola 'faz' as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007. DOI: 10.1590/S0101-73302007000300022.

ECCLES, J. S.; ROESER, R. W. Schools as developmental contexts during adolescence. Journal of Research on Adolescence, v. 21, n. 1, p. 225-241, 2011. DOI: 10.1111/j.1532-7795.2010.00725.x.

ERIKSON, E. H. Identidade, juventude e crise. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. M. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. Estudos de Psicologia, Natal, v. 8, n. 1, p. 107-115, 2003. DOI: 10.1590/S1413-294X2003000100012.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. M. Adolescência através dos séculos. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 15, n. 2, p. 227-234, 2010. DOI: 10.1590/S1413-73722010000200004.

WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.